

Educação financeira na formação extracurricular de jovens aprendizes: uma proposta desenvolvida no SENAI

Warllen de Jesus Lima ^{[1]*}, Áurea Fabiana Apolinário de Albuquerque Gerum ^[2]

^[1] warllen.jl@gmail.com, ^[2] aurea.fabiana.albuquerque@gmail.com. Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), Brasil

*autor correspondente

Resumo

Em 2020, o tema Educação Financeira foi incluído na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como disciplina não obrigatória. Por ser recente, ainda não houve avanços significativos na estruturação de políticas públicas que promovessem a difusão desse tema de forma acessível e adequada ao público jovem, bem como na formação e capacitação dos professores sobre a temática, sobretudo no âmbito da formação profissional. Diante disso, o objetivo geral deste estudo foi verificar as dificuldades e percepções evidenciadas pelos docentes do programa de formação profissional para o ensino de Educação Financeira dos jovens aprendizes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Este estudo é caracterizado como descritivo, com abordagem quali-quantitativa. Para tanto, utilizou-se levantamento bibliográfico, além da aplicação de um questionário sobre o processo de ensino do tema Educação Financeira com os professores e alunos do programa do SENAI em uma amostra estatisticamente representativa para auxiliar na construção da proposta. Os dados evidenciaram a dificuldade por parte dos docentes na organização da proposta por não possuírem conhecimento prévio sobre o tema em seu processo de formação superior. Com base na análise desses dados, sugeriu-se uma proposta de formação extracurricular em Educação Financeira por meio de curso on-line, utilizando-se como abordagem uma história ilustrativa sobre uma viagem de um robô ao espaço do saber financeiro. A partir dessa proposta, foi possível difundir o conhecimento financeiro de forma acessível e metodologicamente atrativa ao público jovem, na tentativa de promover hábitos de consumo conscientes e mudança de hábitos na gestão dos recursos pessoais, visando sua autossustentabilidade financeira.

Palavras-chave: educação financeira; finanças pessoais; finanças; planejamento de consumo; orçamento pessoal.

Financial Education in the extracurricular education of young apprentices: a proposal developed at SENAI

Abstract

In 2020, the topic of Financial Education was included in the National Common Curricular Base (BNCC) as a non-mandatory subject. As it is recent, there have not yet been significant advances in the structuring of public policies that would promote the dissemination of this topic in an accessible and appropriate way for young audiences, as well as in the training and training of teachers on the topic, especially in the context of professional training. Therefore, the general objective of this study was to verify the difficulties and perceptions highlighted by teachers of the professional training program for teaching Financial Education to young apprentices from the National Industrial Learning Service (SENAI). This study is characterized as descriptive, with a qualitative-quantitative approach. To this end, a bibliographical survey was used, in addition to the application of a questionnaire on the teaching process of the topic of Financial Education with teachers and students of the SENAI program in a statistically representative sample to assist in the construction of the proposal. The data highlighted the difficulty on the part of teachers in organizing the proposal as they did not have prior knowledge on the topic in their higher education process. Based on the analysis of this data, a proposal for extracurricular training in Financial Education through an online course was suggested, using as an approach an illustrative story about a robot's journey into the space of financial knowledge. Based on this proposal, it was possible to disseminate financial knowledge in an accessible and methodologically attractive way to young audiences, in an attempt to promote

conscious consumption habits and change habits in the management of personal resources, aiming for financial self-sustainability.

Keywords: *financial education; personal finance; finance; consumption planning; personal budget.*

1. Introdução

A fase da juventude é notadamente conhecida como a das decisões e das dúvidas, quando os jovens são cotidianamente questionados em seu âmbito social sobre o comprometimento com o seu futuro e planejamento. No aspecto financeiro, as escolhas mostram-se, por muitas vezes, frágeis e influenciáveis por meios emuladores, como a mídia e redes sociais, que criam desejos até então não percebidos e atrelados ao ato de consumir de forma desordenada, comprometendo as finanças e trazendo riscos ao planejamento ainda no início da vida financeira.

Entre os jovens da sociedade ocidental, a aquisição de bens de consumo tem sido atrelada à aceitação em grupos. Com essa intenção de aprovação coletiva, os adolescentes comprometem sua situação financeira, culminando em endividamento e comprometimento da qualidade de vida (Negri, 2010). Tal condição se agrava na medida em que instituições, como a família e a escola – que detêm o papel de promover tais discernimentos desde a infância –, por vezes, mantêm-se silêntes. Além disso, as instituições bancárias brasileiras, pioneiras no processo de Educação Financeira por meio da produção e fornecimento de materiais informativos, com o marketing da inclusão financeira, facilitaram o acesso ao crédito e, concomitantemente, expandiram as vendas no mercado de produtos e serviços financeiros, o que implicou o aumento dos índices de endividamento, principalmente entre as classes sociais mais vulneráveis (Cunha, 2020).

Na busca da compreensão dos fatores e interferentes comportamentais que explicam as decisões financeiras do indivíduo, por apresentar características muitas vezes instintivas e não racionais, as finanças comportamentais têm ganhado espaço no âmbito acadêmico, evidenciando que fatores emocionais, como necessidade de satisfação e prazer a curto prazo, comprometem uma avaliação eficaz na decisão de consumo por restrição da racionalidade (Lopes *et al.*, 2017).

Tais fatores culminaram no excesso de endividamento. De acordo com a Pesquisa de Inadimplência do Consumidor – PEIC (CNC, 2020), em agosto de 2020, 67,5% das famílias brasileiras estavam endividadadas. Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (Brasil, 2020), ainda nesse mesmo mês, 8,45% dos inadimplentes possuíam idade entre 18 e 24 anos. O setor credor que concentra a maior parte de dívidas é o de Bancos, com 52,42% do total, seguido do Comércio, com 16,72%.

Apesar da Educação Financeira no Brasil, mesmo que de modo tardio, ter ganhado espaço entre as políticas públicas a partir do Decreto n.º 7.397 de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e sugeriu temas para compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2021), ainda apresenta grandes desafios em seu manejo no processo escolar formal brasileiro, tais como: sua classificação como disciplina transversal e eletiva na BNCC, e paradigmas educacionais existentes no processo de formação continuada dos professores sobre a temática educação financeira (Chiarello; Bernardi, 2015).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), estabelecido pelo Decreto n.º 9.579 de 2018, em seu Art. 51 (Brasil, 2018), como um dos órgãos capacitadores da política pública de aprendizagem, é um dos maiores complexos de capacitação profissional, pois oferece um programa voltado para a formação e preparação de jovens aprendizes com idades entre 18 e 24 anos, que contém em sua matriz curricular diversas disciplinas que visam preparar os jovens para o mercado de trabalho no setor industrial (SENAI, 2004). Contudo, não oferece nos seus eixos curriculares discussão específica sobre Educação Financeira entre essas disciplinas.

Diante do exposto, é necessário que surjam pesquisas que proponham o incremento de políticas e programas educacionais de capacitação profissional, a fim de estimular um melhor gerenciamento das finanças pessoais, subsidiada pela Educação Financeira. Em sua composição, será necessário partilhar conteúdos que suscitem o desenvolvimento de “conhecimento financeiro”, “atitude financeira” e “comportamento financeiro” (Jorgensen; Savla, 2010), uma vez que as políticas de inclusão financeira adotadas no país estimulam indiretamente o consumo de produtos oferecidos pelas instituições promotoras de forma desequilibrada, como ofertas de crédito e venda de produtos e serviços financeiros. Assim, mostram-se ineficazes no processo de promover um entendimento mais

claro sobre decisões diárias com impacto no âmbito financeiro. Portanto, este estudo teve por objetivo verificar as dificuldades e percepções evidenciadas pelos professores do programa de formação profissional para o ensino de Educação Financeira dos jovens aprendizes do SENAI¹.

Esta pesquisa pretende contribuir para o processo de formação dos consumidores do futuro, os jovens, por meio da aplicação de conhecimentos da Educação Financeira, tendo em vista que o indivíduo, quando bem instruído, torna-se agente consciente das próprias escolhas de consumo. Evita, portanto, ser impelido pelas estratégias consumistas disseminadas sobretudo pelos meios tecnológicos, que se constituem como um dos mecanismos que engrenam e retroalimentam o consumo desenfreado de bens e serviços. Assim, será possível colaborar para a formação de cidadãos conscientes e autônomos para assumirem a responsabilidade do controle das finanças pessoais por meio dos aprendizados proporcionados pela Educação Financeira.

Considerando os aspectos positivos que este estudo pretende contribuir, está o de apresentar uma proposta inovadora e com uma temática pouco explorada no contexto escolar, que é sobre a Educação Financeira. Os pontos negativos observados na pesquisa estão voltados para o endividamento excessivo, ou seja, a falta de conhecimento acerca de como administrar adequadamente o dinheiro pode levar as pessoas a se endividarem de forma descontrolada, além de todo o estresse financeiro com problemas de saúde como ansiedade, estresse, depressão além de outros.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: uma breve introdução sobre a temática; em seguida, o referencial teórico abordando sobre a Educação Financeira, posteriormente discorrendo sobre a elaboração de uma proposta pedagógica extracurricular de Educação Financeira para jovens; posteriormente, dando continuidade a este estudo, apresenta-se o delineamento metodológico utilizado para a composição deste artigo; no item três, estão os resultados e discussão, com os resultados alcançados por meio da aplicação dos questionários aos sujeitos selecionados para este estudo; o item quatro traz a proposta do curso extracurricular, delineando todo o processo de construção e aplicação; por fim, o item cinco traz as principais conclusões levantadas a partir deste estudo.

2 Referencial teórico

Este tópico contém os referenciais teóricos relacionados à educação financeira, formação extracurricular e os principais desafios para o ensino do referido tema.

2.1 Educação financeira

O tema educação financeira ganhou notoriedade nos últimos anos, sobretudo ao serem percebidos os efeitos e impactos do consumismo exacerbado que compromete o orçamento financeiro. Entretanto, os conhecimentos básicos ligados a essa temática ainda têm sido incipientes por parte da população brasileira, especificamente entre a população jovem.

A educação financeira pode ser definida como o conhecimento que permite aos indivíduos melhorarem o gerenciamento das finanças pessoais e tomarem decisões fundamentadas e seguras, a partir do desenvolvimento de habilidades, de forma a melhorar sua cidadania financeira (Savoia; Saito; Santana, 2007). Esses conhecimentos, aptidões e habilidades desenvolvem cidadãos críticos e informados sobre serviços financeiros à sua disposição, de modo a não serem influenciados por mecanismos que levam ao consumo desenfreado e, conseqüentemente, ao aumento dos índices de endividamento (Amadeu, 2009).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (OECD, 2013) evidenciou que a educação financeira ou alfabetização financeira é a junção de três variáveis: “conhecimento financeiro”, “atitude financeira” e “comportamento financeiro”. O primeiro é a utilização da educação financeira para gerenciar as finanças do dia a dia (Huston, 2010). Já as atitudes financeiras podem ser entendidas como crenças econômicas que atuam nas escolhas do indivíduo no processo decisório (Ajzen, 1991). O comportamento financeiro, por sua vez, é a forma como a pessoa controla ou planeja para gastar ou poupar (Huston, 2010).

¹ A proposta foi enviada para o órgão competente. No entanto, devido aos trâmites administrativos do setor pedagógico, ainda se encontra em análise. Pretende-se aplicar a proposta aos estudantes assim que a autorização for obtida.

No Brasil, a educação financeira teve seu surgimento atrelado a ações subsidiárias de inclusão financeira em um contexto de estímulo ao consumo voltado para as classes sociais mais vulneráveis, pautada na expansão do mercado de produtos financeiros a fim de formar os indivíduos para adquirirem esses produtos e entrarem em um mercado em vias de consolidação. Nesse ambiente, preocupações com a diminuição dos sistemas de proteção social públicos contra o endividamento excessivo e a bancarização adquirem ainda mais nuances (Cunha, 2020).

Desde 1999, o Brasil se direcionou as orientações, recomendações e diretrizes provenientes dos encontros organizados pela OCDE para a elaboração de um projeto que edificasse uma estratégia financeira condizente com as necessidades da população brasileira (Giordano; Assis; Coutinho, 2019). Ao final de 2009, ao terem uma dessas conferências realizadas no Rio de Janeiro, anunciou-se a cooperação entre o Brasil e a OCDE para a disseminação desses conceitos na América Latina bem como a inclusão do tema no âmbito educacional. Com isso, surgiu o Decreto Federal n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), revogado com o Decreto Federal n.º 10.393 em 9 de junho de 2020 (Cunha, 2020). A estratégia foi criada para promover a Educação Financeira e previdenciária em face do impulso às políticas de inclusão social no país. A proposta foi a de fortalecer a cidadania, oferecendo aos brasileiros noções sobre previdência e sistema financeiro (Brasil, 2021).

Nos últimos três anos, os índices de endividamento têm ocupado posições alarmantes (69,7% em junho de 2021 e 77,3% no mesmo mês de 2022), embora, entre 2021 e 2022, os efeitos da pandemia da COVID-19 tenham contribuído para o aumento desses índices (CNC, 2021, 2022). Os dados de períodos anteriores já indicavam um aumento significativo. Em agosto de 2020 chegou a 67,5%, de acordo com o SPC (Brasil, 2020). Esses fatores se devem a alguns fenômenos característicos da sociedade contemporânea, a saber: sobrepujança dos desejos sobre as necessidades, como característica predominante do consumidor pós-moderno (Valadares *et al.*, 2016); preocupações racionais de longo prazo e emocionais de curto prazo, que influenciam as decisões de consumo em que atrelam à aquisição de bens e serviços à necessidade de satisfação psicológica (Lopes *et al.*, 2017), além da atual economia consumista, que tem se baseado no excesso e desperdício para atender às novas necessidades, impulsos, compulsões e vícios, e oferecer novos mecanismos de motivação, além de uma cultura baseada no “agora”, efeito característico da sociedade de consumidores em que os indivíduos são instados a justificarem seu mérito por meio de uma vida feliz explicitada em bens e consumo (Valadares *et al.*, 2016).

Esses fatores, ao associarem-se à ausência de educação financeira por parte dos indivíduos, culminam em descontrole financeiro (Silva *et al.*, 2020). Assim, a necessidade de consumo atinge seu ápice patológico, de modo que o indivíduo torna-se incapaz de solucionar os problemas financeiros criados e leva para sua própria vida os reflexos de descontrole, impactando diretamente a sua qualidade de vida e a de sua família (Vieira; Moreira Junior; Potrich, 2019).

Portanto, “(...) a educação financeira se configura em um suporte para auxiliar as famílias que almejam melhor qualidade de vida conseguida a partir do planejamento financeiro por meio de hábitos que o indivíduo cria e se disciplina a praticar” (Silva *et al.*, 2020, p. 363). E assim, na medida que tais práticas são aplicadas na vida financeira, refletirão em melhorias no orçamento pessoal e na qualidade de vida, uma vez que indivíduos, quando bem instruídos sobre sua área financeira, tornam-se agentes ativos de suas escolhas de consumo de modo a não serem impelidos pelas estratégias de estímulo ao consumo desenfreado que traz riscos à saúde financeira das pessoas. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de proposições em educação financeira que possibilitem a democratização do saber financeiro nos espaços educacionais.

2.2 Educação financeira como proposta pedagógica extracurricular para jovens

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens essenciais que todos os alunos têm direito a adquirir na educação básica. Tal documento está orientado pelos princípios éticos, estéticos e políticos que visam a formação humana em suas múltiplas dimensões e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (Brasil, 2021).

As aprendizagens essenciais da BNCC são expressas em dez competências que definem o cidadão que se pretende formar, bem como direcionam a educação que se almeja para todos, a saber:

conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania, incluindo em tal dinâmica a educação financeira (Brasil, 2021).

Na BNCC, a competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2021, p. 8).

De acordo com Giordano, Assis e Coutinho (2019), na BNCC a educação financeira está associada à Matemática Financeira. Assim para o ensino fundamental, nessa disciplina, tal documento propõe o estudo de conceitos básicos de economia e finanças como taxa de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Em abordagem interdisciplinar, o documento destaca as dimensões socioculturais, políticas e psicológicas, além da econômica, em torno das questões de consumo, trabalho e dinheiro.

Paralelamente, o documento estabelece a interdisciplinaridade como ponto-chave na dinâmica da relação de ensino-aprendizagem no que tange à educação financeira e às relações de consumo na sociedade, de modo que, mesmo que o protagonismo seja capitaneado pelas ciências exatas, as demais áreas de conhecimento e habilidades igualmente podem contribuir para todo o processo.

A partir de 2020, a BNCC passou a tratar a educação financeira e do consumo em disciplinas como Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa, Matemática, Geografia e História. O objetivo era desenvolver outras habilidades interdisciplinares com potencial para impactar positivamente a saúde financeira do cidadão, já que, com esse esclarecimento quanto ao dinheiro e seu uso, logo adquirirá novos hábitos, comportamentos e valores para administrar seus recursos de forma consciente e sustentável (Giordano; Assis; Coutinho, 2019).

Segundo a BNCC (Brasil, 2021), cabe aos sistemas e redes de ensino e às escolas incorporarem em seus currículos e propostas pedagógicas a abordagem de temáticas atuais que afetam a vida humana nos níveis local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente, educação para o trânsito, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos e, mais recentemente, educação financeira, contemplada em diversas habilidades dos componentes curriculares (Giordano; Assis; Coutinho, 2019). Essas propostas pedagógicas transversais e integradoras devem ser expressas em vias extracurriculares, dentro do convívio familiar econômico dos jovens.

As iniciativas e os esforços educacionais vêm sendo realizados em prol da disseminação da educação financeira. Elas se amparam no reconhecimento dos problemas causados pela falta de controle financeiro; na compreensão de que a temática também se relaciona com o exercício pleno da cidadania e, portanto, deve ser compartilhado entre a sociedade; além de reforçar o papel da educação como instrumento mediador de saberes necessários ao cidadão (Vieira; Moreira Junior; Potrich, 2019).

Uma dessas iniciativas é a proposta de curso extracurricular em educação financeira para estudantes do ensino médio, evidenciada na obra de Negri (2010), em que a faixa etária estudada foi de 14 a 18 anos. O objetivo da formação foi possibilitar uma reflexão aos estudantes sobre economia cotidiana, relacionando o tema finanças pessoais com as diferentes dimensões da vida do indivíduo, como cidadania, trabalho, comunicação, tecnologia e cultura. Contudo, apesar da relevante iniciativa apresentada, a proposta centrou-se em uma abordagem de cunho teórico, além de não apresentar em sua estrutura a utilização das três variáveis principais recomendadas pela OCDE para possibilitarem ao indivíduo uma alfabetização financeira que consista em conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. Nota-se também que não foram discutidos temas de grande relevância dentro da educação financeira, como investimentos, prevenção ao endividamento e gestão do crédito e estratégia de controle do orçamento pessoal.

Chiarello e Bernardi (2015) desenvolveram a temática educação financeira por meio da aplicação de uma oficina a estudantes do 5º ano. Um aspecto positivo identificado nessa proposição foi a aplicação prática a partir da dinâmica “caixa de torneiras”, em que os estudantes deveriam explicar como gastariam o valor do dinheiro sugerido pelo docente entre as opções de despesas informadas, como alimentação, vestuário, transporte, gastos domésticos, etc. Além disso, para trabalhar o planejamento de consumo, as autoras propôs uma visita de campo a um supermercado da

cidade, em que os estudantes puderam comparar preços e realizar compras para um piquenique coletivo com o valor disponibilizado pela escola. A educação financeira foi trabalhada em três dimensões: “conhecer o dinheiro”, “usar o dinheiro” e “gerar o dinheiro”. Levando em consideração a faixa etária do público-alvo, fica evidente que, de modo indireto, as principais variáveis de educação financeira foram trabalhadas, porém, a partir de uma linguagem condizente com a dos estudantes. Apesar de a proposta apresentar uma abordagem prática por meio do uso de metodologias ativas, não utiliza o apoio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para abordagem da temática.

Gonçalves, Gonçalves e Bittencourt (2019) oferecem duas ferramentas tecnológicas para a educação financeira: uma plataforma com cursos à distância para jovens em situações de gestão financeira familiar, e um jogo para atrair a atenção dos jovens e incentivar o uso consciente dos recursos financeiros – uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. O jogo em questão, nomeado de “Tá O\$\$\$”, tem o objetivo de disseminar o tema entre jovens dos ensinos fundamental e médio, com objetivos pedagógicos extracurriculares, além de ampliar seu alcance a partir de tecnologias inovadoras. O nome do jogo foi escolhido para brincar com uma expressão popular sobre a dificuldade que as pessoas têm de se organizarem financeiramente.

Trata-se de um recurso inovador voltado para o jovem da era digital. Por meio da ferramenta, o jovem pode personalizar seu avatar com recursos relacionados à narrativa e experimentar situações que estimulam a tomada de decisão com base em diferentes conceitos trabalhados na sala de aula. Todos os personagens são cães e o jogo se passa em uma cidade com cinco diferentes espaços. Com o uso de um avatar, os usuários podem montar sua identidade e entrar na narrativa de um universo paralelo com questões e situações do cotidiano (Gonçalves; Gonçalves; Bittencourt, 2019).

A educação financeira entre os jovens alunos se mostra em constatações como os alunos adquiriram em grande parte conhecimentos financeiros com seus pais e/ou parentes e práticas do dia a dia, mas há pouco diálogo no ambiente familiar em questões financeiras; os jovens não reconhecem a escola como disseminadora da educação financeira; falta uma consciência da economia; e faltam conhecimentos sobre investimentos (Giordano; Assis; Coutinho, 2019).

Infere-se também que a escola transmite poucos conhecimentos sobre educação financeira, referindo-se à necessidade de envolvimento no processo de gestão financeira das pessoas físicas, principalmente de crianças e adolescentes. A inclusão do conhecimento financeiro no currículo resulta em adultos capazes de administrar seus recursos e despesas familiares; contudo, a não aplicação desse conhecimento de forma integrada no seu cotidiano familiar pode causar sérias barreiras sociais e interpessoais (Gonçalves; Gonçalves; Bittencourt, 2019).

Além disso, apesar das problemáticas existentes no processo de formação do docente relacionado à temática financeira, a figura do professor se apresenta como elementar de forma a mediar o conhecimento financeiro e o aluno. Segundo Oliveira e Stein (2015), para que a relação de ensino-aprendizagem seja concretizada, o trabalho desenvolvido pelo professor deve ser fruto de uma aglutinação de conhecimentos específicos e transversais que promovam, possibilitem e viabilizem a educação financeira na educação básica.

Chiarello e Bernardi (2015, p. 37) apontam que as maiores dificuldades dos professores para o ensino da educação financeira nas escolas seriam “(...) os conteúdos propostos pela escola, e as dificuldades em organizar essa proposta, a formação do professor e sua mobilização para mudanças na ação pedagógica”. Esses dados apontam para a necessidade da adoção de proposições extracurriculares que auxiliem os docentes na condução do tema educação financeira, uma vez que relatam dificuldades quanto à organização da proposta de modo a ser administrada com os atuais conteúdos já propostos pela escola, bem como as limitações referentes a seu processo de formação, que muitas vezes não oferece suporte ao desenvolvimento de temas tão específicos da área de finanças.

No estudo realizado por Araújo *et al.* (2020), um dos docentes entrevistados relatou como dificuldade ao ensino da educação financeira na formação profissional o distanciamento existente entre o conhecimento prático e teórico. Já na obra de Chiarello e Bernardi (2015), em estudo de caso realizado com professores do ensino fundamental I sobre o ensino de educação financeira, as dificuldades mencionadas foram: o fator tempo na preparação do planejamento visto que a temática geraria muitas dúvidas, a preocupação com o cumprimento dos conteúdos, insegurança sobre questões e dúvidas que podem emergir dos estudantes e não estarem aptos a responderem, colocando a sua necessidade de previsibilidade, segurança e controle como docente em zona de risco.

Chiarello e Bernardi (2015) apontam ainda que a formação continuada é um importante campo reflexivo para educadores, uma vez que oferece suporte ao enfrentamento de desafios cotidianos da comunidade educacional em busca de melhorias na qualificação e profissionalização do professor. No que tange ao processo de formação dos professores na educação financeira, Oliveira e Stein (2015) afirmam que, para a superação do desafio do ensino de práticas financeiras conscientes, é de suma importância que o professor tenha o compromisso de agregar em sua formação conhecimentos que facilitem a condução de práticas pedagógicas a fim de garantir condições mínimas para iniciarem uma alfabetização financeira, tendo em vista os desafios e as dificuldades do seu processo formativo na temática.

Além disso, Negri (2010) sugere que a autonomia financeira do estudante é estimulada por meio da postura desafiante do professor ao tratar de aspectos do cotidiano do aluno. Chiarello e Bernardi (2015) complementam que é preciso desenvolver as aulas de forma a oportunizar aos alunos a mobilização de diferentes habilidades, como pensar, criar, aprender a aprender e, assim, dar condição para que possam continuar o aprimoramento de suas ideias, ações e reflexões.

Giordano, Assis e Coutinho (2019, p. 10) ressaltam que o conhecimento financeiro traz o “aprimoramento da percepção e das habilidades financeiras, que, por sua vez, produzem novos comportamentos financeiros, mais complexos e engajados aos objetivos do indivíduo, conduzindo-a à reflexão sobre sua realidade, gerando novos conhecimentos, de modo cíclico”. Portanto, esses novos conhecimentos, para serem transmitidos aos jovens, podem ser amparados com as atuais ferramentas contemporâneas, como por exemplo, as novas tecnologias, pois integram diversas formas de aprendizagem e dão maior liberdade e autonomia ao estudante.

As novas tecnologias estão se tornando mais acessíveis à população de modo geral, principalmente pela difusão dos aparelhos celulares, configurando a integração de várias mídias: texto, áudio, imagem estática. Por terem contato com essas novas tecnologias desde a infância, os jovens são tidos como nativos digitais (Alves; Menezes; Vasconcelos, 2015). Nesse sentido, os processos de socialização, interação social, compartilhamento de informações e aprendizagem foram modificados pelo uso das tecnologias, possibilitando outras formas de aprendizado por jovens estudantes (Costa; Duqueviz; Pedroza, 2015).

O ensino à distância se apresenta como uma das principais ferramentas pedagógicas que utilizam diversas mídias para a difusão do processo de ensino-aprendizagem na era contemporânea. O ambiente virtual, além de possibilitar a interação entre discentes e educadores, propicia o desenvolvimento intelectual do educando por utilizar uma Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) a favor da inovação pedagógica no exercício da formação profissional (Ferreira Alves; Novaes Menezes; Pedrosa Vasconcelos, 2015).

Logo, adotar a estratégia pedagógica de difusão da temática educação financeira na formação extracurricular de modo digital, utilizando diferentes abordagens que perpassam a vida cotidiana do jovem, constitui-se como uma alternativa oportuna ainda não explorada pela literatura. Além disso, traz inovação dialógica às possibilidades de ensino e aprendizagem para os nativos digitais (jovens).

A intenção deste tópico foi elencar alguns elementos teóricos discutidos em torno dos conceitos requeridos pela BNCC para o ensino da educação financeira. Em estudos semelhantes, no âmbito da formação extracurricular na mesma temática, esses elementos são considerados necessários ao desenvolvimento dessa proposta por auxiliarem na construção da proposição: formação extracurricular em educação financeira ofertada a partir de um curso on-line.

3 Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva (Prodanov; Freitas, 2013). Como primeira etapa deste estudo, realizou-se uma revisão de literatura com o objetivo de obter discussões contemporâneas para moldar novos debates nas instruções de pesquisa (Kunisch *et al.*, 2018). Tal revisão promoveria o embasamento para a fundamentação teórica deste trabalho. No que tange à abordagem metodológica, caracteriza-se como quali-quantitativa.

Após isso, realizou-se uma pesquisa de campo e entrevista, responsável por possibilitar um conhecimento mais detalhado sobre o público-alvo, suas características e peculiaridades. O local da pesquisa é circunscrito ao município de Feira de Santana/BA, na unidade do Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI), uma instituição privada pertencente à estrutura da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), a qual se vincula ao “Sistema S” do Governo Federal, que atua em parceria com as indústrias da cidade ao oferecer programas de capacitação teórica de formação técnica, com conhecimentos básicos para que os jovens aprendizes exerçam suas atividades nas unidades industriais da comunidade.

O público-alvo da pesquisa foi jovens aprendizes, com idade entre 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos matriculados no programa Jovem Aprendiz do SENAI de Feira de Santana, Bahia. Com relação aos docentes, foram selecionados professores das disciplinas do núcleo comum e da coordenação pedagógica. Quanto aos questionários, aplicou-se formulário no formato quali-quantitativo para os sujeitos da pesquisa.

Os critérios adotados neste estudo geraram uma amostra de 66 estudantes para aplicação dos questionários, margem de erro de 10% e nível de confiança de 95%. Para tanto, utilizou-se a plataforma *SurveyMonkey*, adotando-se a equação:

$$n = N \times Z^2 \times p \times (1 - p) / (N - 1) \times e^2 + Z^2 \times p \times (1 - p) \quad (1)$$

onde: n é o tamanho da amostra; N é o total da população; Z é o desvio indicado ao valor médio aceitável para que o nível de confiança seja atingido (utilizou-se 1,96 para intervalo de confiança igual a 95%); e é a margem de erro; p é a proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria de interesse deste estudo.

Inserindo os valores adotados na Equação 1, tem-se:

$$n = 200 \times 1,96^2 \times 1 \times (1 - 0,75) / (200 - 1) \times 0,10^2 + 1,96^2 \times 1 \times (1 - 0,75) = 66 \quad (2)$$

Durante a aplicação dos questionários foram obtidos 69 respondentes², de uma população total de 200 alunos. Também foram entrevistados sete professores das disciplinas de núcleo comum e a coordenação pedagógica, no estudo nomeados como docentes 1 a 7 para garantir a confidencialidade da identidade dos participantes.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário previamente estruturado, com perguntas objetivas e subjetivas para verificar as dificuldades e percepções evidenciadas pelos professores do programa de formação profissional para o ensino de Educação Financeira, além de informações sobre o contato e interesse dos estudantes em relação ao tema.

O questionário aplicado aos estudantes foi elaborado com 35 (trinta e cinco) questões, estruturado em três partes: a primeira, com as informações pessoais dos respondentes; a segunda, com as informações sócio econômicas – questões de 01 a 05; e, por fim, a terceira parte, com questões sobre noções básicas de educação financeira, subdivididas em dois blocos: o primeiro com questões objetivas (de 06 a 32); e o segundo bloco com questões subjetivas (33 e 34), apresentando dois casos práticos sobre Educação Financeira e decisão de consumo.

Com relação ao questionário aplicado aos docentes e coordenadores, este foi elaborado com 13 questões contendo perguntas objetivas e subjetivas relacionadas ao processo de ensino da Educação Financeira na formação profissional.

O questionário foi disponibilizado aos respondentes em formato on-line, sendo encaminhado para pré-teste a dez respondentes por meio da ferramenta digital WhatsApp. O critério utilizado para definir o pré-teste é que seria de no mínimo 10% da amostra, ou seja, 7 respondentes, no entanto obteve-se o total de 10 respondentes. As possíveis dificuldades relatadas na compreensão das afirmativas foram ajustadas e, em seguida, foi realizada sua divulgação em correio eletrônico (e-mail) e WhatsApp, entre janeiro e fevereiro de 2022.

Por fim, após o levantamento das informações, os dados quantitativos foram apresentados através de estatística descritiva, e os qualitativos por meio de análise qualitativa.

² Para uma população de 200 alunos, de acordo com o cálculo amostral, foi obtida uma amostra de 66 respondentes. No entanto, na aplicação, foi alcançado um número de participantes maior em relação à amostra mapeada, resultando em um total de 69 respondentes.

O presente estudo foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Maria Milza (CEP-FAMAM), respeitando-se as normas éticas em pesquisa com seres humanos e visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram previamente colocados para análise e, assim que aprovados por meio do Parecer n.º 4.664.986, aplicados mediante o aceite digital do Registro de Consentimento Livre e Esclarecimento (RCLE).

4 Resultados e discussão

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados alcançados por meio da aplicação dos questionários e entrevistas. Além de correlações com a literatura que serviu de base teórica para este estudo. Essas informações possibilitaram planejar as melhores estratégias para a construção da proposta pedagógica.

4.1 Perfil dos pesquisados

Na Tabela 1 apresenta-se o perfil dos participantes do estudo e público-alvo da proposta.

Tabela 1 – Perfil dos participantes (alunos)

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Masculino	18	26%
Feminino	51	74%
Total	69	100%
Idade	Quantidade	Porcentagem
Entre 18-24	69	100%
Estado civil	Quantidade	Porcentagem
Solteiro	65	94,2%
Casado	2	4,3%
União estável	1	1,4%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Os dados demonstram uma participação expressiva do gênero feminino (74%). No tocante à idade, a faixa etária dos alunos do programa está entre 18 e 24 anos, sendo estabelecida pelo Art. 58 da Lei de Aprendizagem de n.º 9.579 de 2018 (Brasil, 2018). Quanto ao estado civil, 94,2% são solteiros. Tendo em vista a faixa etária dos respondentes, um alto nível de solteiros já era esperado.

Com relação aos professores do programa, também se observou uma participação expressiva do gênero feminino (57%). No que tange à escolaridade, 43% possuem especialização (Tabela 2).

Tabela 2 – Perfil dos participantes (professores)

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Masculino	3	43%
Feminino	4	57%
Total	7	100%
Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Superior completo	2	29%
Especialização	3	43%

Mestrado	2	29%
----------	---	-----

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Verifica-se que a área de formação superior dos professores é diversificada (Quadro 1), em que a maioria possui nível de especialização (43%), sendo que apenas dois possuem formação em áreas de ciências sociais aplicadas (Administração de Empresas); os demais são da área de ciências exatas (Engenharias e Licenciatura em química), e outro em ciências humanas (Psicologia). Sobre o tempo de experiência, a média é de 7,5 anos.

Quadro 1 – Perfil dos participantes (titulação e experiência dos professores)

Classificação	Graduação	Titulação máxima	Área	(Anos) de experiência na educação profissional
Docente 1	Administração de Empresas	Especialização	Gestão de Pessoas	04
Docente 2	Administração de Empresas	Mestrado	Administração de Empresas	12
Docente 3	Engenharia de Produção	Superior	Engenharia de Produção	09
Docente 4	Engenharia de Produção	Especialização	Gestão de Projetos	08
Docente 5	Engenharia de Alimentos	Mestrado	Qualidade	08
Docente 6	Licenciatura em Química	Superior	Química	04
Docente 7	Psicologia	Especialização	Segurança do Trabalho	08

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Os dados sociodemográficos dos professores e alunos foram considerados neste estudo no intuito de compreender o perfil dos participantes e dos docentes do programa de formação profissional e, assim, nortear o desenvolvimento da proposta de acordo com o perfil do público-alvo, tendo em vista que as variáveis gênero e estado civil afetam diretamente o comportamento financeiro e a atitude financeira das pessoas, conforme apontam Matos, Bonfant e Mette (2014).

Já em relação aos professores, foi necessário compreender as áreas de atuação da formação acadêmica, uma vez que, de acordo com o estudo de Araújo *et al.* (2020), as áreas de ciências sociais aplicadas tendem a abordar a temática Educação Financeira, no processo de formação, mais do que observado em outras áreas de conhecimento. Tal fator facilitaria o desenvolvimento de propostas com temas ligados à área de finanças pessoais pelos professores que já tiveram vivência com o tema no âmbito acadêmico.

4.2 Ensino de educação financeira

Nesta subseção será abordada a segunda parte da pesquisa, que buscou verificar a atual grade curricular do curso de formação profissional, bem como a opinião dos alunos e professores sobre o ensino do tema Educação Financeira nos âmbitos educacionais e na formação profissional.

4.2.1 Currículo do programa de formação profissional

Os componentes curriculares dos cursos de capacitação teórica são elaborados e apresentados no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional (CONAP), contendo 120 horas-aulas de disciplinas de núcleo comum, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Unidades Curriculares de Núcleo Comum do SENAI

Unidades Curriculares	Carga horária
Leitura e Comunicação	20
Relações Socioprofissionais, Cidadania e Ética	24
Saúde e Segurança do Trabalho	36
Planejamento e Organização do Trabalho	20
Raciocínio Lógico e Análise de Dados	20
Carga horária total	120 horas

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Em seguida, a partir do módulo II, são ofertadas disciplinas específicas de acordo com o curso escolhido pelo aluno (Administrativo, Manutenção Industrial, Assistente de Produção e Manufatura Avançada). A carga horária total varia de 476 a 700 horas. Dentre essas disciplinas, tanto nas de núcleo comum quanto nas específicas, não se oferece discussão sobre o tema educação financeira.

4.2.2 Percepção dos alunos e professores/coordenação pedagógica sobre o ensino de educação financeira

Alunos

Foi questionado aos estudantes se já receberam orientações educacionais para uma vida financeira saudável por meio de palestras, atividades extracurriculares e aulas: 46% (32) informaram que nunca; 20% (14), raramente; 20% (14), às vezes; 9% (6), muitas vezes; e apenas 4% (3), sempre.

Apesar da criação da ENEF ter sido instituída no Brasil por meio do Decreto n.º 7.397 de 2010, ela só fez parte da BNCC em 2020, sendo classificada como componente transversal eletivo. Verificam-se ainda dificuldades existentes no processo de ensino da temática nos currículos educacionais no Brasil (Chiarello; Bernardi, 2015).

Com relação à abordagem do tema educação financeira na escola, todos os alunos informaram que tais informações deveriam ter sido transmitidas no âmbito escolar. Quando questionados se elas lhes ajudariam nas suas decisões financeiras na atualidade, 93% (64) consideraram que sim, e 7% (5) consideraram que não.

Apesar de a maioria ter considerado os conhecimentos fornecidos pela educação financeira como sendo essenciais para a tomada de decisão na atualidade, caso tivesse tido contato com tais conteúdos no âmbito educacional, o dado também revela que uma pequena parte ainda não visualiza a aplicabilidade de tais conhecimentos como auxílio na tomada de decisão financeira.

Estudos semelhantes (Araújo *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2020) retratam a importância da abordagem temática educação financeira na formação profissional na visão dos estudantes e revelam que a ausência desses conteúdos e da realização de eventos que tratem desse tema, influenciam no nível de educação financeira dos estudantes, mesmo aqueles que contêm conteúdos de finanças corporativas em sua grade.

Professores e Coordenação Pedagógica

Os docentes/coordenação pedagógica foram perguntados, a partir de questionário utilizado para entrevista, se já tiveram contato com o conteúdo educação financeira em alguma das formações acadêmicas. Seis relataram que não, e apenas um disse que sim, por meio de uma das unidades curriculares no curso de maior titulação, nesse caso, o Mestrado em Administração. Tal resultado corrobora o que foi observado no estudo de Araújo *et al.* (2020), em que apenas um dos docentes de um total de dez entrevistados com formação superior em Ciências Contábeis expressou ter conhecimento para direcionar iniciativas de educação financeira nas escolas mais sem nenhuma especificação.

Em relação às disciplinas que os docentes lecionam na instituição SENAI, elencam-se: Leitura e Comunicação (2 respondentes); Relações Socioprofissionais, Cidadania e Ética (3); Saúde e Segurança do Trabalho (3); Planejamento e Organização do Trabalho (5); Raciocínio Lógico e Análise de Dados (4). Os dados mostram que a maioria dos professores leciona as disciplinas de Planejamento e Organização do Trabalho e Raciocínio Lógico e Análise de Dados.

Ao serem perguntados se o tema educação financeira deveria integrar o componente curricular em alguma das disciplinas de núcleo comum, cinco dos respondentes disseram que sim, enquanto dois informaram que não. O Quadro 5 apresenta os motivos pelos quais o tema deve ou não fazer parte do currículo de núcleo comum da formação profissional, na visão dos professores.

Os dados obtidos demonstram que parte dos docentes/coordenação pedagógica consideram os conhecimentos em educação financeira indispensáveis à formação do cidadão, uma vez que possibilitam o conhecimento sobre planejamento e definição de objetivos e metas, evitando o endividamento e orientando sobre poupança e investimento. Já os que não consideraram tal temática como necessária para as disciplinas de núcleo comum reconhecem ao menos a importância do tema; contudo, evidenciaram que ele não se enquadra entre as temáticas trabalhadas nas disciplinas, recomendando uma unidade curricular específica, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Opiniões quanto à abordagem do tema “educação financeira” nas disciplinas de núcleo comum da formação profissional do SENAI

Classificação	Resposta	Descrição
Docente 1	Sim	“Com certeza, a integração da temática de Educação Financeira como componente curricular iria agregar muito. Primeiramente, posso citar a necessidade do conhecimento de um planejamento, seus benefícios a curto, médio e longo prazo na vida do indivíduo, e aliado a este planejamento, a definição de objetivos e metas que se deseja alcançar ao longo da vida. Muitos alunos só se dão conta de que gastou muitos recursos com supérfluos e itens que não trariam benefícios futuros, infelizmente, quando estão endividados, ou necessitam do recurso para alcançar um sonho. Se o hábito de poupar fosse trabalhado em sala, a conscientização poderia trazer inúmeros benefícios, como: ter possibilidade de ter uma poupança, fazer investimentos, ter estabilidade financeira, entre outros”
Docente 2	Sim	“Deveria integrar, uma vez que está diretamente relacionada com o ser cidadão. Um tema de total relevância acadêmica e social”
Docente 3	Sim	Optou por não responder
Docente 4	Não	“O tema não se enquadra no contexto das unidades curriculares do núcleo comum, mesmo sendo um tema muito importante”
Docente 5	Sim	“Tema muito pertinente, pois é essencial para nossa vida financeira”
Docente 6	Sim	“É importante para a formação do cidadão”
Docente 7	Não	“Se faz extremamente necessário incluir uma unidade curricular específica para ser abordado o tema”

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Aos docentes/coordenação pedagógica que consideraram necessária a inclusão do referido tema entre o núcleo de formação comum, foi perguntado em qual ou quais disciplina(s): a maioria considerou a disciplina Planejamento e Organização do Trabalho (4 respondentes), seguida de Raciocínio Lógico e Análise de Dados (3), e de Relações Socioprofissionais, Cidadania e Ética (1).

Sobre as maiores dificuldades da parte dos professores para trabalharem o tema educação financeira com os alunos, foi citado o aspecto cultural da sociedade movida para o consumo bem como o papel midiático em estimular tais hábitos. Além disso, relataram dificuldades para elaboração, desenvolvimento e aplicação prática do tema, bem como as dificuldades relacionadas a uma didática adequada para o desenvolvimento de temas relacionados a finanças.

Os docentes/coordenação pedagógica foram perguntados se, caso o tema fosse incluído em um dos componentes curriculares, eles se sentiriam aptos a trabalhar o tema ou precisariam buscar uma formação complementar. Quatro relataram que precisariam de uma formação complementar, tendo um dos respondentes acrescentado que “essa formação deveria possibilitar o desenvolvimento desse tema de forma lúdica e com linguagem acessível para os alunos”. Um informou que não se sentiria capaz, enquanto outro optou por não responder. Apenas um respondente afirmou que se sentiria apto,

acrescentando que “iria planejar uma abordagem prática que promovesse uma discussão interdisciplinar e empreendedora”.

Assim como Chiarello e Bernardi (2015), neste estudo, acredita-se que as constantes inquietações que perpassam o ensino da educação financeira nos espaços educacionais podem ser superadas por meio de processos de formação continuada. Por isso, no próximo subtópico, apresenta-se a proposta de formação extracurricular em educação financeira por meio de curso on-line.

4.3 Curso extracurricular educação financeira: uma viagem pela galáxia do saber financeiro

Diante dos resultados encontrados, surgiu a necessidade de propor um curso de formação extracurricular em educação financeira para auxiliar os jovens a terem uma adequada gestão das finanças pessoais, tendo em vista que o atual programa de formação profissional do qual fazem parte não oferece, entre os eixos nucleares, disciplinas que abordem esse tema. Além disso, os resultados demonstraram que grande parte dos docentes do programa não se sentem aptos a trabalharem com o tema educação financeira por questões ligadas ao seu processo de formação. Também reforçam que abordar tal temática de maneira lúdica e atrativa constitui-se uma forte estratégia de aprendizagem, tendo em vista a faixa etária dos estudantes.

Diante de tais pressupostos, foi desenvolvido um curso para os alunos do programa de formação profissional do SENAI. Nele abordaram-se os principais conteúdos sobre educação financeira, de maneira lúdica e desafiadora, associando a temática com uma história ilustrativa sobre uma viagem no espaço feita por um jovem robô (MF21) que tenta salvar o futuro do planeta Terra no aspecto financeiro, embarcando em uma viagem pelos planetas que reservam e protegem os principais conceitos ligados à educação financeira.

Esse curso terá o objetivo de melhorar o nível de entendimento sobre educação financeira de jovens de 18 a 24 anos. Para tanto, considerará que pessoas com maior nível de consciência financeira ainda no início da vida ativa poderão gerar relações financeiras de consumo e gestão das finanças pessoais mais assertivas. Isso implicará melhorias na sua qualidade de vida e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico local.

As limitações e dificuldades para o desenvolvimento da proposta extracurricular estão relacionadas aos trâmites regulamentares existentes na instituição alvo da proposta, o SENAI, tendo em vista que qualquer proposição de cunho pedagógico ao Programa de Formação Profissional da Aprendizagem necessitará da anuência de diretorias regionais, demandando tempo de análise do produto proposto, o que acarretará um possível atraso na disponibilização do material aos docentes do programa. Além disso, outra dificuldade refere-se a disponibilidade de agenda dos docentes para uma explicação e ambientação na plataforma do curso, após aprovação, uma vez que o programa segue um cronograma específico de disciplinas, e grande parte dos docentes exercem outras atividades profissionais. Tais situações podem ser minimizadas por meio da disponibilização de um cronograma com datas e encontros flexíveis e o estabelecimento de um contato próximo com os docentes por meio de e-mail e WhatsApp.

O objetivo do curso será abordar as principais temáticas relacionadas ao tema educação financeira, elencando em sua estrutura aspectos que despertem o olhar sobre as variáveis que compõem o referido conceito, a saber: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. Além disso, foi importante desenvolver as competências definidas na BNCC para o ensino da educação financeira e compreender de que forma tais conhecimentos podem ser aplicados em situações cotidianas que demarcam a vida dos jovens.

Tendo em vista a faixa etária dos participantes, foi estabelecida como metodologia de aprendizagem a associação dos conteúdos do curso com um enredo de desenho animado, em que o aluno deverá cumprir as missões da jornada na galáxia pela personagem principal na busca do conhecimento financeiro. Como recursos utilizou-se ilustrações e animações digitais, podcasts sobre cada tema, vídeos, quiz e um e-book com o resumo dos conteúdos e orientações adicionais.

O personagem da história ilustrativa é o jovem robô interplanetário MF21, desenvolvido para observar os movimentos da Via Láctea e dos planetas. Ao olhar para seu holograma de imagens do planeta Terra, MF21 viu que algo saiu errado, pois, em vez de 2022, as imagens transmitidas no holograma foram alteradas para 2072 (ou seja, 50 anos à frente). A personagem percebeu que estava observando o futuro das pessoas na Terra, as quais aparentavam estar em condições precárias de

qualidade de vida, endividadas, e o mundo estava vivendo uma crise severa fazia alguns anos. A partir disso, a personagem seguiu uma viagem pelo espaço, visitando diversos planetas que reservam e guardam as cápsulas do saber financeiro, separadas devido a uma guerra ocorrida entre os guerreiros Jeid e os principais vilões da democratização do saber financeiro (hiperinflação, credíces, consumismo e endividamento).

Em cada planeta, o robô fora instruído com os principais pontos dentro dos conteúdos de educação financeira, orçamento, poupança, investimentos, planejamento de consumo, gestão do crédito e prevenção ao endividamento. Ao final, ele deve acertar três perguntas feitas pelos Jeid Guerreiros relacionadas a esses conteúdos, para que lhe entreguem as cápsulas do conhecimento financeiro e ele possa, finalmente, cumprir sua missão.

A inspiração para a criação dos nomes dos personagens inspirou-se nos seguintes conceitos: MF21 (Mentalidade Financeira do século 21), Guerreiros e Mestre Jeid (Justiça, Equidade, Inclusão e Democratização no saber financeiro). No Quadro 4 está ilustrada a função de cada personagem dentro da proposta, além de orientações para que docentes desenvolvam novas propostas que abordem de modo prático as competências definidas pela BNCC (Brasil, 2021), visto que o documento apenas apresenta as competências, mas não aborda como elas poderão ser desenvolvidas em sala de aula. Nesse sentido, no Quadro 4 é evidenciado o papel de cada personagem dentro da proposta, traz os principais teóricos que nortearam a construção das sessões de aprendizagem e as competências da BNCC que estão sendo trabalhadas por cada personagem.

Quadro 4 – Personagens e sua função na proposta dentro dos conceitos da BNCC

Personagem	Função na proposta	Referencial utilizado	Conceitos da BNCC
Robô MF21	Personagem principal que protagoniza e representa o aluno na história, associado à tecnologia e sem definição de gênero	Gonçalves, Gonçalves e Bittencourt (2019)	N/A
Mestre Jeid	Utilizado para trabalhar os conceitos introdutórios de educação financeira	Ajzen (1991), Huston (2010) e OCDE (2013)	Conceitos de economia e finanças, compreensão de taxas, juros e impostos
Guerreiro Jeid Orçamento	Utilizado para trabalhar os conceitos de gestão, planejamento e controle do orçamento pessoal	Huston (2010), Negri (2010) e Cunha (2020)	
Guerreiro Jeid Poupança	Utilizado para trabalhar os conceitos de poupança e reserva de emergência.	Negri (2010) e Silva <i>et al.</i> (2020)	
Guerreiro Jeid Investimento	Utilizado para trabalhar os conceitos de investimentos e aplicações	Negri (2010) e Silva <i>et al.</i> (2020)	Conceitos de liquidez e rentabilidade em investimentos
Guerreira Jeid Consumo	Utilizado para trabalhar os conceitos de planejamento de consumo e a participação feminina nas finanças	Valadares <i>et al.</i> (2016) e Lopes <i>et al.</i> (2017)	Entendimento interdisciplinar das dimensões culturais, sociais, políticas econômicas e psicológicas associadas ao consumo, trabalho e dinheiro
Guerreiro Jeid Endividamento	Utilizado para trabalhar os conceitos de prevenção ao endividamento	Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) e Silva <i>et al.</i> (2020)	

Para melhor organização, o curso foi dividido em nove sessões de aprendizagem. Cada uma delas abordou o conteúdo em forma de *podcast*. Além disso, o aluno contou com o auxílio de um aporte teórico por meio de um e-book digital que trata dos temas discutidos em cada sessão. Os temas das sessões de aprendizagem foram:

- Sessão 1: apresentação do curso e orientações iniciais;
- Sessão 2: narrativa da história e apresentação da personagem;
- Sessão 3: conceitos introdutórios de Educação Financeira;
- Sessão 4: gestão do orçamento pessoal;
- Sessão 5: poupança e reserva de emergência;
- Sessão 6: investimentos;
- Sessão 7: planejamento de consumo;
- Sessão 8: gestão do crédito e prevenção ao endividamento;
- Sessão 9: fim da missão e orientações finais.

Ao final da leitura do e-book da sessão e de ouvir o áudio, serão realizadas três perguntas sobre o tema da sessão e, caso o aluno acerte todas, o personagem poderá avançar na missão.

O curso foi fornecido em formato on-line e gravado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em uma plataforma desenvolvida com o auxílio da ferramenta on-line “involve.me”: <https://www.involve.me/>, com acesso por meio de QR Code, sendo personalizada a interface conforme necessidade do cronograma do curso.

O conhecimento dos participantes será aferido com base em três perguntas do quiz, realizado ao final de cada sessão de aprendizagem, em que somente poderá avançar no curso se acertarem todas as perguntas de cada sessão.

5 Conclusão

Este estudo é proveniente de inquietações sobre as limitações do sistema educacional brasileiro no âmbito da disseminação e democratização do saber financeiro nos ambientes educacionais, e em políticas públicas para capacitação profissional de jovens, em que essas iniciativas deveriam contemplar o tema educação financeira, uma vez que tal temática promove a sustentabilidade financeira ao possibilitar que os indivíduos melhorem sua relação com o consumo, com as finanças pessoais e previnem o endividamento. Além disso, provém de reflexões sobre a ausência de clareza nas competências trazidas pela BNCC para o ensino da educação financeira, em que não sugerem alternativas e proposições práticas para o ensino da temática o que reflete em insegurança aos docentes na condução do tema.

Historicamente a ideia de ‘enriquecer’ e ‘vencer na vida’ são incutidas no imaginário das pessoas, desde tenra idade. Entretanto, faltavam elementos didático-pedagógicos que introduzissem elementos de educação financeira voltado a um estilo de vida e bem-estar com um consumo consciente sustentável do ponto de vista socioeconômico e ambiental.

A caracterização dos participantes por meio de dados sociodemográficas foi de suma importância neste estudo visto que tais variáveis atuam diretamente sobre as decisões financeiras. Tais informações possibilitaram o desenvolvimento de uma proposta condizente e adequada à realidade do público-alvo. Outro ponto relevante foi a verificação do ponto de vista dos docentes do programa sobre a inserção do tema entre as disciplinas nucleares por meio de uma proposta extracurricular, o que permitiu visualizar os diferentes pontos de vista desses profissionais e realizar medidas preventivas nas orientações da proposta, o que trará maior segurança em sua prática, evitando que vieses possam interferir e sobrepor o objetivo pedagógico.

A partir dos dados obtidos neste estudo, percebeu-se que os estudantes reconhecem a importância do tema educação financeira para as decisões no aspecto financeiro, apesar de não terem tido contato com a temática no âmbito escolar. De igual forma, os professores também evidenciaram não terem tido contato com a temática em seu processo de formação. Tal situação traz à luz a

necessidade da criação de programas de capacitação de formação dos professores para os habilitarem na condução do tema educação financeira, uma vez que, a partir de 2020, o tema passou a fazer parte da BNCC (Brasil, 2021). Contudo, não traz quais competências precisam ser abordadas nas práticas pedagógicas dentro das disciplinas, o que compromete a eficácia da iniciativa de se trabalhar o tema nos espaços escolares.

Tal problemática motivou o desenvolvimento de uma proposta pedagógica extracurricular em formato de curso on-line, atrelando os conteúdos do tema educação financeira a uma história ilustrativa sobre a viagem de um robô ao espaço e sua jornada para mudar o futuro da Terra no âmbito financeiro. Em sua estrutura, foram associadas às principais variáveis da educação financeira (conhecimento, comportamento e atitude) bem como as competências abordadas na BNCC (Brasil, 2021). Foi utilizada como estratégia a personificação dos subtemas em formato de animação, o que poderá ser replicado entre os docentes nos diferentes espaços, com outros personagens ou até mesmo com outras histórias ilustrativas.

A proposta deste curso vem ao encontro da inclusão da educação financeira, como disciplina não obrigatória, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A sua natureza lúdica e construção em plataforma computacional on-line, bastante utilizada pelo público jovem, tende a facilitar sua adoção por este grupo. O principal desafio é o de ampliar seu uso por agentes multiplicadores, sobretudo professores, mas que precisariam estar familiarizados – portanto, treinados – na temática em questão.

Espera-se que este estudo contribua para os cursos de formação profissional culminarem em mudanças de hábitos no aspecto financeiro, consumo e prevenção ao endividamento dos estudantes que tiverem acesso a tais conhecimentos. Além disso, que motive os profissionais do campo das finanças a colaborarem para a democratização do saber financeiro das pessoas físicas por meio de novas abordagens disruptivas, acessíveis e com equidade, sem a intenção elitista que por muito tempo perpassou, sobretudo, as recomendações de investimentos nas instituições financeiras.

Do ponto de vista científico, este trabalho tem relevância para a área de ciências sociais aplicadas, no âmbito das finanças pessoais, pois reforça a necessidade de criação de políticas públicas que busquem equalizar, de forma democrática, o saber financeiro junto aos estudantes nos âmbitos da educação profissional. Uma alternativa é propor metodologias, intervenções práticas e disruptivas, como a formação extracurricular sugerida neste estudo.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar a prática do endosso digital no aspecto das decisões de consumo e endividamento através da influência dos líderes de opinião digital (*digital influencers*) no consumo dos jovens, fator que tem obtido grande relevância entre o consumo da nova geração e demanda novos debates sobre os benefícios e consequências dessas práticas, sobre o consumo excessivo e o endividamento.

Financiamento

Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Nota

Este artigo foi publicado derivado da dissertação do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário Maria Amilza (Unimam), disponível em: <http://131.0.244.66:8082/jspui/handle/123456789/2854>.

Referências bibliográficas

- AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T).
- ALVES, T. M. F.; MENEZES, A. H. N.; VASCONCELOS, F. M. B. P. Crescimento da educação a distância e seus desafios: uma revisão bibliográfica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 4, n. 6, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/269>. Acesso em: 25 out. 2023.

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/tede/820>.

ARAÚJO, D. S.; SILVA, A. J. N. B.; MENEZES, B. S.; MENDES, D. P. A importância da educação financeira: um estudo no ensino profissionalizante. **Revista de Graduação USP**, v. 4, n. 1, p. 125-137, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v4i1p125-137>.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA-GERAL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactante, da criança e do adolescente [...]. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9579.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. SPC - Serviço de Proteção ao Crédito Brasil. **Pesquisa do SPC Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimpressa/wp-content/uploads/2018/02/Release-Inadimpl%C3%Aancia-PF--Jovens.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

CHIARELLO, A. P. R.; BERNARDI, L. S. Educação financeira crítica: novos desafios na formação continuada de professores. **Boletim GEPEN**, n. 66, p. 31-44, 2015. DOI: 10.4322/gepem.2015.026. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/gepem.2015.026>.

COSTA, S. R. S.; DUQUEVIZ, B. C.; PEDROZA, R. L. S. Tecnologias digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 603-610, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193912>.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). **Endividamento cai pela primeira vez desde maio de 2020.** CNC, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/09/PEIC-CNC.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). **O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2021.** CNC, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/01/peic-cnc-2021.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). **Endividamento encerra semestre em queda.** CNC, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/endividamento-jun2022.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, e218463, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>.

GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. S.; COUTINHO, C. Q. S. A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 3, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36397/emteia.v10i3.241442>.

GONÇALVES, A. C. Z. D.; GONÇALVES, I. M. S.; BITTENCOURT, R. G. **A utilização de tecnologias no contexto da educação financeira escolar**. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Tecnologias para Educação Profissional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1866>. Acesso em: 21 set. 2021.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>.

JORGENSEN, B. L.; SAVLA, J. Financial literacy of young adults: the importance of parental socialization. **Family Relations. Interdisciplinary Journal of Applied Family Science**, v. 59, n. 4, p. 465-478, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2010.00616.x>.

KUNISCH, S.; MENZ, M.; BARTUNEK, J. M.; CARDINAL, L. B.; DENYER, D. Feature topic at organizational research methods: How to conduct rigorous and impactful literature reviews? **Organizational Research Methods**, v. 21, n. 3, p. 519-523, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094428118770750>.

LOPES, L. F. D.; DAPPER, S. N.; LUNARDI, C.; TAVARES, T. O. Finanças comportamentais de estudantes universitários: uma análise multivariada. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 7, n. 11, p. 245-263, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18815/sh.2017v7n11.229>.

MATOS, C. A.; BONFANT, K.; METTE, F. M. B. Comportamento do consumidor endividado: um estudo com indivíduos de baixa renda. **Gestão e Sociedade**. v. 8, n. 20, p. 670-687, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v8i20.1995>.

NEGRI, A. L. L. **Educação financeira para o ensino médio da rede pública: uma proposta inovadora**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=202334. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, S. S.; STEIN, N. R. A educação financeira na educação básica: um novo desafio na formação de professores. **Revista Universo Acadêmico**, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/1_a_educacao.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Financial literacy and inclusion: results of OECD/INFE survey across countries and by gender**. Russia: OECD Publishing, 2013. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 25 out. 2023.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Diretrizes gerais da aprendizagem industrial**. Departamento Nacional. Brasília: SENAI, 2004. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/7/diretrizes-gerais-da-aprendizagem-industrial/>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, A. C.; SOUZA, I. C.; BUENO, M. P.; ALMEIDA, A. L.; SILVA, R. H. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, p. 353-377, 2020. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/9473>. Acesso em: 25 out. 2023.

VALADARES, J. L.; VILAS-BOAS, A. A.; REZENDE, D. C.; MOREL, A. P. S.; AMÂNCIO, J. M. O “cidadão hedonista”: diálogos sobre consumo e cidadania na sociedade contemporânea. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 966-983, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395147138>.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>.

Revista Principia - Early View